

PRIMEIRA TURMA

RELATOR : **MIN. MARCO AURÉLIO**
PACTE.(S) : **EDERSON FRENHAN**
IMPTE.(S) : **LUIZ FERNANDO VALLADÃO NOGUEIRA E**
OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

SUSPEIÇÃO – MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. O fato de o membro do Ministério Público, no passado, haver sido coproprietário de imóvel com um dos acusados não revela, por si só, suspeição.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal em indeferir a ordem, nos termos do voto do relator e por unanimidade, em sessão presidida pelo Ministro Marco Aurélio, na conformidade da ata do julgamento e das respectivas notas taquigráficas.

Brasília, 19 de setembro de 2017.

MINISTRO MARCO AURÉLIO – PRESIDENTE E RELATOR

19/09/2017

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 132.729 MINAS GERAIS

RELATOR	: MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S)	: EDERSON FRENHAN
IMPTE.(S)	: LUIZ FERNANDO VALLADÃO NOGUEIRA E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Adoto, como relatório, as informações prestadas pelo assessor Dr. Rafael Ferreira de Souza:

O Juízo da Primeira Vara Criminal da Comarca de Varginha/MG, no processo nº 0707.12.005668-4, denunciou o paciente e outras 47 pessoas, em virtude da alegada prática dos delitos versados nos artigos 58 (contravenção de jogo de azar) do Decreto-Lei nº 3.688/1941; 1º (lavagem de bens e valores) da Lei nº 9.613/1998, alterada pela de nº 12.683/2012; 2º (organização criminosa) da Lei nº 12.850/2013; 333 (corrupção ativa) e 299 (falsidade ideológica), agravado pelo artigo 61, inciso I, do Código Penal.

A defesa, em audiência de instrução e julgamento, formalizou exceção de suspeição relativamente ao membro do Ministério Público. Sustentou a ligação com os fatos descritos na denúncia, apontando liame societário entre o paciente e o promotor. O Juízo deixou de acolher as questões suscitadas. Salientou não ter sido demonstrado vínculo societário entre o excipiente e o excepto, mas apenas copropriedade de imóvel adquirido conjuntamente, já inexistente à época das investigações. Afirmou que a suposta relação de amizade revelada no documento juntado à exceção – carta subscrita pelo membro do Ministério Público ao paciente – não impediu o

HC 132729 / MG

oferecimento da denúncia, sublinhando haver o promotor cumprido o dever funcional de defesa da ordem jurídica.

No Superior Tribunal de Justiça, recurso ordinário em *habeas corpus* nº 60.172/MG, a Sexta Turma, ao indeferir a ordem, fez ver a inadequação da via eleita, considerada a necessidade de exame probatório. Destacou a incidência do artigo 104 do Código de Processo Penal, a obstaculizar a rediscussão do tema alusivo à parcialidade do promotor. Observou não ter sido comprovado prejuízo concreto a viabilizar a declaração de nulidade do processo. Na sequência, desproveu os declaratórios interpostos pela defesa.

Os impetrantes asseveram que o representante do Ministério Público estadual não atuou de forma isenta. Sustentam a pertinência do artigo 254 do Código de Processo Penal, ante o alegado interesse pessoal do acusador. Dizem da aplicação subsidiária do artigo 333 do anterior Código de Processo Civil.

Requereram, liminarmente, fosse declarada a suspeição, determinando-se a tomada de depoimento do promotor na condição de testemunha da defesa. No mérito, buscam a confirmação da providência.

Vossa Excelência, em 20 de abril de 2017, indeferiu o pedido de concessão de medida acauteladora.

A Procuradoria-Geral da República opina pela inadmissão da impetração, dizendo-a substitutiva de recurso extraordinário. Aduz não haver ilegalidade a ser reparada.

Consulta ao sítio do Tribunal de Justiça revelou que o processo-crime foi desmembrado em relação ao paciente e mais três acusados, originando o de nº 0183697-78.2015.8.13.0707. A exceção de suspeição foi autuada sob o nº 0326331-

HC 132729 / MG

34.2014.8.13.0707.

Lancei visto no processo em 1º de setembro de 2017, liberando-o para ser examinado na Turma a partir de 19 de setembro seguinte, isso objetivando a ciência dos impetrantes.

É o relatório.

19/09/2017

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 132.729 MINAS GERAIS

VOTO

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – A preliminar da Procuradoria-Geral da República improcede. O fato de, em tese, ser cabível recurso extraordinário não obstaculiza a impetração. A via daquele é das mais estreitas, pressupondo violência à Constituição Federal e a repercussão geral da matéria veiculada, o que não ocorre no caso de alegada suspeição de membro do Ministério Público.

Reitero o que consignei ao deixar de implementar a medida acauteladora:

[...]

2. Conforme ressaltado pela Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, vê-se que as instâncias ordinárias consignaram não a existência de sociedade, mas de copropriedade de gleba rural, tendo o membro do Órgão acusador alienado o próprio quinhão no ano de 2007, antes da transferência, ocorrida em 2010, para a Comarca na qual formalizada a denúncia, no dia 24 de março de 2014. Tal fato indica, ao menos no campo precário e efêmero, a inexistência de suposta inimizade capital oriunda de anterior relação jurídica, bem como a falta de justificativa a ensejar o arrolamento na qualidade de testemunha.

[...]

Acrescento que a denúncia foi formalizada contra o paciente e outras 47 pessoas.

Indefiro a ordem.

19/09/2017

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 132.729 MINAS GERAIS

VOTO

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES - Presidente, o pedido, no *habeas corpus*, é a suspeição somente?

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR E PRESIDENTE) – Sim, do Ministério Público.

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES - Com a nulidade dos atos praticados...

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR E PRESIDENTE) – Repercutindo, portanto, na possível liberdade de ir e vir do paciente.

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES - Acompanho Vossa Excelência.

PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

HABEAS CORPUS 132.729

PROCED. : MINAS GERAIS

RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO

PACTE.(S) : EDERSON FRENHAN

IMPTE.(S) : LUIZ FERNANDO VALLADÃO NOGUEIRA (47254/MG, 0047254/MG)

E OUTRO(A/S)

COATOR(A/S) (ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma indeferiu a ordem, nos termos do voto do Relator. Unânime. Não participou, justificadamente, deste julgamento, o Ministro Luiz Fux. Presidência do Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, 19.9.2017.

Presidência do Senhor Ministro Marco Aurélio. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Luiz Fux, Rosa Weber, Luís Roberto Barroso e Alexandre de Moraes.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Odim Brandão Ferreira.

Carmen Lilian Oliveira de Souza
Secretária da Primeira Turma